

PRESENTACIÓN

La *Revista Chilena de Estudios Medievales* presenta en su décimo primer número, en concordancia con números anteriores, y siendo siempre fiel a su intento por incluir trabajos de diversos ámbitos de las humanidades, artículos de diversas disciplinas científicas.

No obstante, el presente número que contiene seis investigaciones es especial, pues cuenta con un dossier de cuatro artículos brasileños que han sido dirigidos por Marcelo Cândido da Silva, quien es professor de História Medieval na Universidade de São Paulo (USP), Coordenador do Laboratório de Estudos Medievais (LEME) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, los cuales serán presentados a continuación por el académico Cândido da Silva. Completan este número dos artículos. El primero trata sobre los cambios dinásticos en Portugal de 1383/85 y 1580, y más específicamente una comparación las consecuencias que tenían los cambios dinásticos en cada uno de los casos. El otro artículo se refiere a un estudio sobre los fundamentos metafísicos que dan origen a la relación entre intelecto y voluntad desde la perspectiva de santo Tomás de Aquino, siempre desde una posición apologética frente a las corrientes intelectualistas y voluntaristas de su época.

Junto a los artículos antes mencionados, la revista ofrece en esta ocasión dos reseñas. El primero sobre “Miracle ! Récits merveilleux des martyrs et des saints” de Edina Bozoky, que analiza los milagros realizados por los hombres de Dios en la primera cristiandad y en la Europa antigua. Y el segundo, “Iglesia y Estado: Teorías políticas y relaciones de poder en tiempo de Bonifacio VIII (1294-1303) y Juan XXII (1316-1334)”, de Bernardo Bayona Aznar y José Antonio de C. R. de Souza quienes realizan una arqueología acerca de las relaciones entre el poder espiritual y el temporal de finales del siglo XIII y comienzos del XIV.

Por último, recordamos que este año se ha iniciado el IX Seminario permanente; organizamos conjuntamente con la Universidad Católica Argentina el XVI Congreso Latinoamericano de Filosofía Medieval realizado entre el 24 y 26 de mayo; y también se está dictando la tercera versión del Diplomado

de Estudios Medievales que este año tiene como profesor visitante al profesor Dr. Félix Martínez Llorente de la Universidad de Valladolid, quien visita nuestro país invitado por el Centro de Estudios Medievales, para dictar del 7 al 11 de Agosto de 2017 un curso internacional Intensivo, titulado: *“Las universidades y la formación del Derecho Común europeo (Siglos XI-XIII)”*.

No podemos terminar esta presentación sin recordarles que la Revista Chilena de Estudios Medievales se encuentra actualmente indexada (LATINDEX y DIALNET) y, además, bajo la administración de Open Journal Systems (OJS), un sistema de administración y publicación de revistas y documentos periódicos (seriadas) en línea. Esto implica que la revista aumenta exponencialmente su visibilidad, permitiendo descargar todos los artículos, reseñas de libros, detalle de Actividades del Centro de Estudios Medievales que han sido constatados en números anteriores, etc.

Se invita, por tanto, a todos los lectores a que visiten la página e inscribirse como articulistas para el envío futuro de investigaciones para su publicación.

Quisiera agradecer a nuestros lectores y, en especial, a nuestros autores y correctores. Vaya para estos, como siempre, mi más sincero reconocimiento.

Sebastián Buzeta Undurraga

Editor

Os desafios da História Medieval na América Latina

Apresentação

Em 1961, aconteceu junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, no interior do Estado de São Paulo, o encontro que deu origem à Associação Nacional dos Professores Universitários de História, a ANPUH, atual Associação Nacional de História. Os estudos medievais no Brasil foram objeto de intenso debate, coordenado por Eurípedes Simões de Paula, que é autor da primeira Tese de Doutorado em História defendida no Brasil, em 1942, sobre o comércio varegue e o Principado de Kiev. O foco da discussão recaiu sobre o fomento à especialização que, entendia-se então, tinha seu principal instrumento na separação das cadeiras de História Antiga e de História Medieval. De maneira unânime, os professores reunidos em Marília sustentaram a especialização como meio de promover o progresso científico do país. Nesse sentido, era importante que, dadas as especificidades dos estudos de História Medieval, fossem promovidos estímulos para que a formação no Brasil fosse complementada por estágios em centros de excelência no exterior.

Embora os participantes do encontro se dividissem quanto ao tipo de ensino que deveria ser ministrado aos estudantes de História, a posição predominante foi a de que o professor deveria ser um pesquisador especializado, cuja principal função estivesse na atualização dos conhecimentos dos estudantes, que difundiriam nas escolas os conteúdos aprendidos na universidade¹.

¹ Essa visão da escola como espaço exclusivo de reprodução e de simplificação dos conteúdos produzidos na universidade perdeu a primazia nos debates sobre ensino de história. Em seu GT de ensino de História a ANPUH mantém intenso debate sobre os diversos espaços de produção do conhecimento histórico, reconhecendo sua origem múltipla (escola, universidade etc). No que tange à essência da formação do professor, seja em nível básico ou superior, a ANPUH defende hoje uma formação que não dissocie ensino e pesquisa, valorizando a especialização.

Assim, o grupo reunido em Marília também lançou uma reflexão sobre os estudos de pós-graduação em História. Lembrando as dificuldades para a formação de medievalistas no Brasil, Michel Mollat sustentou que, em um país distante dos acervos documentais, a especialização era difícil, mas não impossível, graças às fontes editadas.

As moções definidas em Marília e a abrangência das instituições de ensino e pesquisa históricas no Brasil por elas defendidas dependiam, para se efetivar, de repercussão na política nacional de ciência e tecnologia. Essa repercussão foi conquistada, mas levou tempo até sua efetivação. A separação entre a História Antiga e a História Medieval permaneceu algo raro nas universidades públicas ou privadas brasileiras até o final dos anos 1970; como também era raro encontrar especialistas dessas áreas ministrando as respectivas disciplinas. Além disso, foi preciso esperar até meados dos anos 1980 para que o país contasse com a necessária multiplicidade de centros de pós-graduação e que as instituições de fomento acompanhassem melhor as demandas decorrentes desse crescimento.

Desde então, assistimos à ampliação considerável dos grupos de pesquisa, à diversificação das temáticas abordadas e a um aumento sem precedentes do número de mestres e de doutores em História Medieval. Os 69 programas de pós-graduação atualmente existentes na área de História – cerca de metade deles estabelecida nos últimos dez anos – permitiram que se criasse um ambiente favorável à pesquisa em História Medieval e à formação de medievalistas. Diversos artigos, e mesmo um livro, publicados ao longo dos

últimos anos², fizeram balanços a respeito da trajetória dos estudos medievais no Brasil, desde a primeira Tese de Doutorado defendida na área, em 1942, até esse contexto da diversificação e da consolidação dos grupos de pesquisa. Nossa intenção com este dossiê é bastante distinta.

Este dossiê não pretende apenas olhar para o que já foi feito, mas, a partir disso, refletir sobre aquilo que resta a fazer, especialmente sobre os desafios que se apresentam aos pesquisadores de História Medieval. Acreditamos que, face ao crescimento extraordinário, à consolidação de centros diversificados de formação e ao aprofundamento da especialização, é imperativo realizar uma reflexão sobre o futuro da História Medieval na América Latina: suas perspectivas (seu papel institucional e no âmbito da divulgação do conhecimento histórico), sua importância e relevância no âmbito do ensino escolar (os temas e conceitos que dela dependem para a formação do perfil idealizado pelos projetos de formação), sua contribuição à compreensão da História (especialmente no que se refere a demandas específicas de ordem teórica e metodológica). Estes são, portanto, os três eixos sobre os quais está baseado o dossiê proposto.

Néri de Barros Almeida, Professora de História Medieval da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), discute as perspectivas de inserção social e institucional dos estudos medievais. Após algumas décadas de forte

² SILVA, Leila Rodrigues; SILVA, Andreia Lopes Frazao. Os Estudos Medievais no Brasil e a Internet: uma análise do uso dos recursos virtuais na produção medievalista (1995 a 2006). Revista História, imagem e narrativas n.º 4, ano 2, abril/2007. SILVA, Andreia Lopes Frazao. OS ESTUDOS MEDIEVAIS NO BRASIL E O DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR. *Medievalis*, Vol. 1 (2), 2013. VIEIRA, Fabíola. História Medieval: Perspectivas e desafios para o ensino no 1º ano do ensino médio da E.E.B Leonor de Barros. Revista de Educação, Ciência e Cultura | v. 18 | n.º 1 | jan./jun. 2013. BERTOLI, André; ROSA, Maria de Lurdes. O encontro “Portugal Medieval visto do Brasil: Diálogos entre Medievalistas Lusófonos” (Lisboa, Coimbra, Sta. Maria da Feira, 12-14 Janeiro de 2012). *Medievalista online* n.º 12 | Julho – Dezembro, 2012. MACEDO, José Rivair. Os estudos medievais no Brasil: tentativa de síntese. *Reti Medievali Rivista*, VII - 2006/1 (gennaio-giugno) [Disponível em: http://www.dssg.unifi.it/_RM/rivista/saggi/RivairMacedo.htm]. PEREIRA, Nilton Mullet. As representações do Outro nos livros didáticos de História, no Brasil e na Espanha: uma leitura inicial. *Revista Iberoamericana de Educación / Revista Ibero-americana de Educación*, n.º 50/6 – 25 de octubre de 2009.

crescimento, os estudos de história medieval no Brasil passam por uma fase particularmente positiva. Historiadores em diferentes partes do país realizam pesquisas que alcançam interlocução cada vez mais madura com ambientes tradicionais de pesquisa no exterior. As publicações locais se multiplicam e, hoje, é possível cobrir quase todo o espectro dos tópicos do ensino superior apenas com publicações brasileiras. A despeito disso, a antiga reputação de “área de pura erudição”, voltada para um passado superado, permanece. Essa perspectiva evidencia um isolamento que, face ao crescimento, demanda reflexão. A questão central do artigo de Almeida é como conciliar a erudição própria aos estudos medievais com uma comunicação social e uma inserção institucional mais significativas. A autora discute como a escrita da história da Idade Média e seus temas podem ampliar a participação social desses estudos.

No artigo *Na forja do tempo, reconstruir a história – o lugar dos estudos medievais na atualidade*, Cláudia Bovo, Professora de História Medieval da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), apresenta um extenso debate sobre o lugar dos estudos medievais na contemporaneidade. Da História academicamente constituída, do seu ensino na educação básica à cultura histórica que se forja à revelia da normatização dessa disciplina, a Idade Média tornou-se um artigo de interesse público que levou a autora a questionar sobre sua pertinência enquanto campo do saber histórico e o seu lugar na formação das consciências históricas contemporâneas. Sobrevivendo no *éthos* social como uma inspiração destinada ao entretenimento, essa categoria heurística naturalizou a Idade Média como uma unidade autônoma de tempo tão distinta da antiguidade clássica quanto da modernidade. Diante desse questionamento, a autora se volta para identificar os desafios impostos aos estudos medievais, cujo foco no espaço educacional brasileiro permite não só diagnosticar os problemas da formação histórica na educação básica desse extenso território, mas ponderar sobre a extensão desses problemas aos outros países americanos. Preocupada em delimitar claramente as práticas de investigação da História Medieval que singularizaram as contribuições teóricas desse campo do saber, a autora pondera sobre a pertinência desse tipo de estudos na Universidade Americana e a dificuldade de fazê-los reverberar para fora dela.

No artigo *A História Medieval na graduação em História: da pesquisa à docência*, André Miatello, Professor de História Medieval a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), procura destacar e discutir, no nível da historiografia e da docência universitária, a existência de motivos que justifiquem afirmativamente o papel da História Medieval na formação dos novos historiadores, sobretudo no âmbito brasileiro (mas que não é muito diferente do restante da América Latina), em que pese a desculpa de não haver tido, por estes lados do Atlântico, nenhuma história que mereça o nome de “medieval”. O autor chama a atenção para o curioso crescimento da área de estudos medievais no Brasil que, de algum modo, ainda não atingiu as salas de aula de graduação em História, nas quais ainda se pode observar a reprodução de uma narrativa da história medieval bastante aquém do nível da produção dos pesquisadores de pós-graduação e de professores doutores. O motivo para isso, entre outros fatores, decorre, muitas vezes, da extrema verticalização das pesquisas (que privilegiam recortes e/ou temas por demais específicos, complicados de serem abordados em sala de aula em cursos de, no máximo, 60 horas semestrais); pesa também o relativo isolamento em que o medievalista se encontra no contexto de vários departamentos/cursos de História em cujas estruturas a disciplina de História Medieval nem sempre goza de efetiva articulação. O argumento central, talvez, possa ser assinalado a partir da identificação do papel mediador da História Medieval, em que o “média” de “Idade Média” não significa algo negativo, como se vem afirmado desde o século XV, mas como algo positivo, pois o período medieval seria a ponte que liga a Antiguidade à Modernidade e que, a partir da imposição do regime de historicidade moderna, tornou-se uma espécie de antípoda – e, nesse sentido, extremamente necessária para que se compreendam os pressupostos que a modernidade elegeu como instauradores do real. O artigo de Miatello articula três eixos explicativos: o primeiro diz respeito à própria história da História Medieval, no Brasil, que se remonta à fundação da universidade (a História Medieval, aqui, é tão antiga e presente como as demais disciplinas fundadoras do saber histórico); o segundo eixo discute o lugar-comum de que a História Medieval pertence inexoravelmente ao *Éthos* histórico ocidental – e oriental também –, evidência que nem sempre faz sentido durante reformas curriculares e institucionais; por fim, no terceiro eixo,

o autor oferece ao docente de História Medieval algumas pistas muito práticas de como os conteúdos dessa disciplina podem ser articulados com a formação do historiador de modo a fazer uma diferença qualitativa considerável.

No artigo *Os Templários, o Feudalismo e o Senhorio: perspectivas da pesquisa e do ensino de História Medieval*, Bruno Tadeu Salles, Professor de História Medieval da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), apresenta uma discussão sobre o conceito de Feudalismo e seus limites para se pensar o que se chamou de “as diversas expressões dos equilíbrios e das experiências senhoriais provençais”. O autor toma como ponto de partida uma reflexão sobre a documentação da comendadoria templária de Ruou e salienta os diversos vínculos e laços estabelecidos entre os templários e a aristocracia da diocese de Fréjus. O olhar do historiador sobre esses compromissos senhoriais, destacando sua pluralidade, demonstra os limites do conceito de Feudalismo. Observa-se como o problema consiste, exatamente, nas generalizações inerentes a tal conceito, como a redução dos compromissos da aristocracia, a relação entre o senhor e o vassalo, a exploração sem limites do senhor sobre o servo ou a rígida divisão dos sujeitos históricos em três partes ou estamentos. Além disso, um caráter evolutivo e teleológico relega as experiências senhoriais dos séculos XI-XIII a uma dimensão inferior ou caótica, se contrapostas ao período carolíngio (séculos VIII-X) ou ao Estado Moderno.

Uma vez apontados esses limites, Salles, tendo em mente as ideias de Néri de Barros Almeida, Elisabeth Brown e José Rivair Macedo, discute como o conceito de Feudalismo aparece nos livros didáticos – cuja escolha pautou-se pelo trabalho e pelos contatos do autor junto ao ensino fundamental em escolas dos Estados de Minas Gerais e Goiás. Esse esforço mostra-se necessário para se considerar a perenidade conceitual e o quanto as pesquisas recentes nas universidades brasileiras estão distanciadas das práticas dos materiais didáticos do ensino fundamental. Concomitantemente, o autor pergunta o porquê dessa perenidade, assim como seus efeitos, buscando compreender a perspectiva dos estudantes dos cursos de História ao cursarem a disciplina de História Medieval.

Marcelo Cândido da Silva